

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - YANOMAMI

Estudo Técnico Preliminar 46/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25064.001179/2025-65

2. Descrição da necessidade

Considerando o que foi estabelecido no art. 43 do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, compete aos Distritos Sanitários o planejamento, coordenação, supervisão, monitoramento, avaliação e execução das atividades do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

Considerando que a Divisão de Edificações e Saneamento Ambiental Indígena (DISANI) é o setor do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (DSEI Yanomami) responsável pelas ações de infraestrutura de estabelecimentos de saúde e saneamento ambiental visando à promoção da saúde indígena.

Considerando a necessidade do manejo adequado dos resíduos de serviços de saúde da CASAI/RR, os provenientes dos Polos Base e das Unidades Básica de Saúde Indígena - UBSI do DSEI-Y, concomitante visando o atendimento as normas de saúde e segurança do trabalho, bem como, atender a Lei Federal nº 11.445/2007 em seu artigo 2º onde estão estabelecidos os princípios fundamentais do saneamento básico no que tange a limpeza e manejo dos resíduos sólidos que devem ser realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente. E em Conformidade com o art. 3º da Resolução do CONAMA nº 358/2005, onde é de obrigação dos geradores de resíduos de saúde dar o seu destino final adequado.

Dessa forma, faz-se necessário a aquisição de materiais permanentes e de insumos para o atendimento adequado de suas demandas, e a manutenção de higienização dos estabelecimentos de saúde indígena; como a implantação, operação, manutenção e monitoramento do Programa de Gerenciamento dos Resíduos de Serviço de Saúde. Assim sendo, o Distrito deve dispor de todos os meios necessários e indispensáveis para realização de suas atividades para que não haja descontinuidade de suas ações, pra isso os materiais solicitados são essenciais para o manejo adequado dos RSS.

Vale salientar, que consta no Plano Anual de Contratações – PAC a compra de materiais permanente e de consumo para a execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e de Serviços de Saúde do DSEI Yanomami.

Diante o exposto, torna-se imprescindível a aquisição de materiais para o gerenciamento de resíduos sólidos e de serviços de saúde em quantidades, características e especificações definidas no Termo de Referência. Devendo ser realizada para que as ações sejam executadas continuamente, sem paralisações por falta de insumos, e o atendimento das demandas nas comunidades sejam mais céleres, fortalecendo as ações de promoção da saúde indígena.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Edificação e Saneamento Ambiental - DISANI/YANOMAMI	Francisco de Almeida Cardoso

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os materiais devem atender as especificações técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

Os materiais devem ser entregues com mesmas as especificações contidas no Termo de Referência e proposta do fornecedor aprovada pela contratante.

A Contratada deve oferecer garantias para os materiais fornecidos, assegurando que eventuais defeitos ou problemas sejam corrigidos sem custos adicionais ao contratante.

A Contratada deve ter a capacidade de fornecer a quantidade de materiais necessária de acordo com os prazos estabelecidos no Termo de Referência.

A Contratada deve apresentar as certificações, comprovações e/ou similar de que seus materiais estão em conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, garantindo a qualidade e a segurança dos produtos.

A Contratada deve fornecer materiais que atendam aos padrões de qualidade estabelecidos pela legislação e normas técnicas pertinentes.

O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados em remessa única ou parcelada, conforme critério definido pela contratante;

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de 05 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

Sustentabilidade

Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado.

A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021.

Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

a) Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

b) São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

outras formas vedadas pelo poder público.

A presente licitação irá aderir ao Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde 2024 - 2026. Afim de seguir as diretrizes Estratégicas do referido plano. Conforme o Quadro 1 Princípios e diretrizes: ID PD10: Priorizar, nas aquisições e contratações governamentais, os produtos reciclados e recicláveis e os bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis. base BASE JURÍDICO-NORMATIVA Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010, art. 7º, inciso XI, alíneas “a” e “b” c/c Lei n.º 14.133/2021, art. 26, inciso II.

A adoção de critérios de sustentabilidade na presente contratação encontra amparo no art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que erige o desenvolvimento nacional sustentável como um dos objetivos primordiais do processo licitatório, bem como no Decreto nº 10.936/2022.

As exigências de práticas sustentáveis e/ou certificações ambientais estipuladas no Termo de Referência não constituem restrição indevida à competição, mas sim requisitos técnicos indispensáveis à adequada execução do objeto, considerando:

- a) A necessidade de mitigação de impactos ambientais decorrentes do descarte de resíduos em área de proteção;
- b) A busca pela eficiência no ciclo de vida do produto, privilegiando insumos de menor obsolescência e maior degradabilidade ou reciclabilidade;
- c) O alinhamento com o Plano de Logística Sustentável (PLS) do órgão.

Dessa forma, as especificações de sustentabilidade visam selecionar a proposta mais vantajosa em sua dimensão ambiental, garantindo que a Administração Pública não fomente cadeias produtivas nocivas ao meio ambiente, em estrita consonância com o dever constitucional.

5. Levantamento de Mercado

Contextualização:

O Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (DSEI Yanomami) engloba a totalidade do território indígena Yanomami, localizado nos estados de Roraima e Amazonas, abrangendo uma área aproximada de 9.664.975 hectares, predominantemente composta por floresta densa e de difícil acesso.

O DSEI Yanomami mantém Postos de Saúde Indígena, divididos em Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSIs) e Polos Bases (PBs), que operam sob o Subsistema Único de Saúde (SasiSUS). O acesso a essas unidades de saúde é possível somente por via aérea, fluvial e terrestre.

Os programas de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) são geridos pela Divisão de Edificação e Saneamento Ambiental Indígena Yanomami (DISANI), sendo responsáveis pela gestão de resíduos sólidos e de saúde nas UBSIs e PBs pertencentes ao DSEI Yanomami.

Identificação de Soluções:

Solução 01: Parceria com a Prefeitura Local, Solução 02: Aquisição de Materiais (Licitação), Solução 03: Contratação de Empresa Especializada

Descrição das Soluções:

Solução 01: Parceria com a Prefeitura Local

Essa solução envolve uma colaboração entre o DSEI Yanomami e a prefeitura local. Nesse cenário, a prefeitura assume a responsabilidade pelo descarte de resíduos comuns e resíduos de serviços de saúde na rede municipal.

Solução 02: Aquisição de Materiais (Licitação)

A aquisição de materiais para o Gerenciamento de Resíduos Sólidos (GRS) e Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (GRSS) é uma abordagem que abrange todas as UBSIs, com o apoio da Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena (EMSI) e do responsável técnico dos programas de GRS e GRSS. A gestão do descarte de resíduos envolveria a logística do distrito, apoiando as operações de entrada e saída de materiais e resíduos hospitalares.

Solução 03: Empresa Especializada

A terceira solução propõe a contratação de uma empresa especializada em gestão de Resíduos de Serviços de Saúde e Resíduos Comuns em colaboração com o Distrito Yanomami. A contratação tem o objetivo de aprimorar a gestão nas aldeias indígenas, incluindo o descarte de resíduos sólidos e de saúde, armazenamento, monitoramento, armazenagem em abrigo externo, coleta, transporte, tratamento e destinação final dentro das aldeias indígenas.

Avaliação das Soluções:

Solução 01: Inválida devido à localização remota da maioria das aldeias, tornando o acesso via terrestre impossível. O transporte e a gestão de resíduos pela prefeitura local se tornariam impraticáveis.

Solução 03: Inválida devido aos custos significativos associados à contratação de empresas para coleta, transporte e tratamento de resíduos em áreas de difícil acesso, tornando-a onerosa para a Administração Pública.

Solução 02: A solução mais viável, considerando que a aquisição de materiais para GRS e GRSS se mostra menos onerosa e mais prática, aproveitando a logística do distrito e a expertise dos profissionais do distrito.

Conclusão:

Com base na avaliação das soluções propostas, a aquisição de materiais para a gestão de resíduos sólidos e de serviços de saúde (Solução 02) é a opção mais viável e eficiente para o DSEI Yanomami, dadas as condições geográficas desafiadoras e os custos associados às outras alternativas. Essa abordagem aproveita os recursos locais e garante a gestão adequada dos resíduos nas aldeias indígenas.

6. Descrição da solução como um todo

Aquisição de materiais e insumos os quais serão utilizados na continuidade das ações do gerenciamento de resíduos sólidos e resíduos de serviços de saúde, desde sua geração, segregação adequada, acondicionamento e destinação final. Conforme o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e de serviços de Saúde (PGRSS), implementado nas aldeias atendidas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e suas unidades, caracterizado como material comum, nos moldes do Decreto nº 10.818/2021, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço, com fulcro na Lei 14.133/2021.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANT.
1	458145	Saco Plástico Lixo ; Capacidade: 200 L; Cor: Preta; Largura: 90 CM; Altura: 110 CM; Características Adicionais: Reforçado; Normas Técnicas: NBR 9191; Espessura: 12 Micra Micra; Aplicação: Coleta De Lixo; Material: Polietileno; Pacote com 100 unidades;	PACOTE COM 100 UNIDADES	200
2	420496	Saco Plástico Lixo Capacidade: 100 L; Cor: Preta; Largura: 105 CM; Altura: 75 CM; Espessura: 0,10 Micra; Normas Técnicas: NBR 9191; Características Adicionais: Reforçado; Material: Polietileno; com 100 unidades;	PACOTE COM 100 UNIDADES	350
3	420576	Lixeira Material: Polietileno Alta Densidade; Capacidade: 240 L; Cor: Preta; impresso no modelo do órgão : 50 cm x 50 cm; Tipo: Container; Características Adicionais: Com rodas; Revestimento: Tratamento em UV.	UNIDADE	20
4	270845	Lixeira Material: Polietileno Alta Densidade; Capacidade: 100 L; Tipo: Com Tampa e pedal; Cor: Branca; Características Adicionais: Com adesivo tamanho 15cmX15cm resistente no modelo do órgão; Aplicação: Acondicionamento de resíduos de serviços de saúde; Altura: 60 CM; Largura: 50 CM.	UNIDADE	100
5	629028	Lixeira Material: Polietileno Alta Densidade; Capacidade: 50 L; Tipo: Com Tampa E Pedal; Cor: Preta; Características Adicionais: Com adesivo de resíduo orgânico no tamanho 15cmx15cm; Altura: 60 CM; Largura: 50 CM;	UNIDADE	100
		Lixeira Material: Polietileno Alta Densidade; Capacidade: 15L;		

6	456393	Tipo: Com Tampa E Pedal; Cor: preta; Características Adicionais: Com adesivo de resíduo comum no tamanho 15cmx15cm; Altura: 60 CM; Largura: 50 CM;	UNIDADE	160
7	477578	Luva de borracha Material: Látex Natural; Tamanho: G Cor: Amarela; Tipo: Cano Longo; Características Adicionais: Aveludada internamente, antiderrapante;	PAR	5000
8	477578	Luva de borracha Material: Látex Natural; Tamanho: M Cor: Amarela; Tipo: Cano Longo; Características Adicionais: Aveludada internamente, antiderrapante;	PAR	5000
9	450643	Vassoura Jardinagem Tipo: Fixa Material Cerdas: Polipropileno Alta Resistência Características Adicionais: 54,6 x 60,8 x 4 cm; 540g com Cabo 120 Cm Quantidade dentes: 26 fixos	UNIDADE	150
10	304919	Rodo Material Cabo: Madeira Plastificada; Material Suporte: Plástico; Comprimento Suporte: 30 CM; Quantidade Borrachas: 2 UM; Características Adicionais: Cabo com rosca.	UNIDADE	250
11	385090	Vassoura Material Cerdas: Pet (Reciclado) Material Cepa: Madeira Comprimento Cepa: 20 CM Características Adicionais: Cabo Rosqueável/Cerdas Plumadas: 58/26 Fios Largura Cepa: 4 CM	UNIDADE	150
12	626261	Esponja Limpeza Material: Poliuretano e fibra têxtil; Formato: Retangular; Características Adicionais: Dupla face; Comprimento Mínimo: 110 MM Largura Mínima: 70 MM Espessura Mínima: 20 MM	UNIDADE	4000
13	319163	Flanela Material: Algodão Comprimento: 40 CM Largura: 30 CM Cor: Laranja Características Adicionais: Acabamento nas Bordas	UNIDADE	500
14	283656	Pano limpeza Tipo: Crú Tamanho: 75 X 60 CM	UNIDADE	500

		Cor: Branco Aplicação: Limpeza de superfícies Peso: 150 G		
15	312293	Escova Limpeza Geral Material Corpo: Plástico; Material Cerdas: Náilon; Comprimento: 12 CM; Largura: 5 A 8 CM.	UNIDADE	500
16	460807	Saco Ráfia Altura: 115cm ; Largura: 93cm; Cor branca Material: Ráfia;	UNIDADE	500
17	628080	Mangueira Material: Cloreto de polivinilo (PVC), Poliéster; Comprimento: 25 metros Caractrísticas adicionais: Com engate rosqueador	UNIDADE	50
18	445090	Carrinho industrial Material: Aço Inoxidável; Material Plataforma: Aço Inoxidável; Tipo Transporte: Materiais diversos; Quantidade Roda: 4; Tipo Roda: Duas fixas e duas giratórias; Capacidade Carga: 400 KG; Acabamento Superficial: Polid; Tipo Aba: Tubular; Características Adicionais: Registro de fecho rápido para escoamento;	UNIDADE	10
19	348626	Bombona Material: Polipropileno Alta Resistência; Capacidade: 30 Lts; Altura: 39 cm; Largura: 32 cm; Comprimento: 32 cm; Boca: 24 cm; Aplicação: Acondicionamento Material Hospitalar Cor: Branca Impressão: Resíduos infectantes conforme modelo do órgão. Características Adicionais: Alças laterais, tampa e anel de vedação. Homologada pela ANAC, conforme os padrões UN, para os modais terrestres e aéreos.	UNIDADE	160

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 223.179,50

A estimativa do valor da contratação é de **R\$ 223.179,50 (duzentos e vinte e três mil e cento e setenta e nove reais e cinquenta centavos).**

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando a Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) o § 3º, Art. 40, *in verbis*:

"§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo."

Não obstante o princípio da competitividade fomentar a fragmentação para atrair diversos licitantes. A pulverização da contratação acarretaria a perda da economia de escala e o aumento excessivo dos custos de fiscalização e gestão, o que afrontaria o princípio da eficiência.

Portanto, em estrita observância à exceção legal prevista no inciso I do § 3º do art. 40, **não haverá parcelamento** do objeto, visando assegurar a maior vantagem para a Administração Pública.

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, especialmente o artigo 48, inciso III, que estabelece a possibilidade de reserva de cota de até 25% para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) nas contratações cujo valor do item ou grupo seja superior a R\$ 80.000,00, cumpre esclarecer a presente justificativa para a não adoção dessa medida no presente certame. A não aplicação da cota reservada fundamenta-se nas particularidades do objeto licitado, que exigem aquisição de forma unificada para garantir a padronização, continuidade e eficiência da execução contratual. A fragmentação da contratação poderia comprometer o atendimento integral das necessidades da Administração, seja pela incompatibilidade técnica dos produtos/serviços quando adquiridos de fornecedores distintos, seja pelo risco de desabastecimento ou dificuldades operacionais decorrentes da gestão de múltiplos contratos. Além disso, realizou-se levantamento prévio de mercado, no qual se verificou que a reserva de cota poderia resultar na redução da competitividade ou na inviabilidade da contratação, haja vista a limitação do número de fornecedores ME/EPP capazes de atender plenamente aos requisitos estabelecidos. Tal cenário poderia comprometer a economicidade e a vantajosidade da contratação, princípios fundamentais da administração pública. Ressalta-se, entretanto, que, em observância ao artigo 48, inciso I, da LC nº 123 /2006, o edital contemplará a exclusividade de participação para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em itens cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00, promovendo, assim, o estímulo à participação desse segmento e garantindo o cumprimento dos dispositivos legais de incentivo às ME/EPP. Dessa forma, a decisão de não aplicar a cota reservada para itens/grupos superiores a R\$ 80.000,00 não se configura como afronta ao inciso III do artigo 48 da LC nº 123/2006, pois foi baseada em razões de ordem técnica e operacional que visam resguardar o interesse público e garantir a execução adequada do contrato, sem prejuízo da ampla participação de empresas de todos os portes no certame.

Portanto, é de conhecimento deste Distrito Sanitário Especial que a regra geral é que a adjudicação seja realizada por item, e não por preço global. As licitações que tenham itens divisíveis propiciam uma ampla participação dos licitantes, permitindo que empresas de diferentes portes possam competir em condições de igualdade, como no caso das microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP. Outro ponto é a exclusividade concedida as microempresas e empresas de pequeno, quando o valor da licitação for até 80.000,00 (oitenta mil reais), e no caso de licitações que superam esse valor, é necessário que seja previsto cota reservada de até 25% para participação das referidas ME's e EPP's.

Entretanto, considerando o histórico de desistência do licitante vencedor, custo de frete para região Norte, baixo valor e a necessidade de que os itens sejam fornecidos pela mesma contratada, não se mostra vantajoso para essa administração pública que a licitação seja realizada por item. O agrupamento dos itens permitirá uma melhor organização da logística e um controle mais rígido da qualidade dos insumos e equipamentos, garantindo que todas as exigências de armazenamento, transporte e entrega sejam uniformemente atendidas, sem comprometer o cumprimento das especificações técnicas e de sustentabilidade exigidas. Além disso, a gestão do armazenamento e transporte possibilita à empresa contratada uma operação de logística mais eficiente, gerando economia de escala e maior segurança no fornecimento contínuo e adequado dos produtos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Esta contratação é independente há outras contratação

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está prevista no Plano Anual de Contratação 2025, atreladas nos autos do processo licitatório.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação para aquisição de insumos destinados aos Programas de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (GRS) e Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (GRSS) do DSEI Yanomami proporcionará ganhos diretos e indiretos relevantes para a Administração Pública, especialmente no contexto da saúde indígena em áreas remotas. A efetividade da ação governamental será ampliada com a melhoria da gestão dos resíduos nas UBSIs e Polos Base, reduzindo riscos ambientais e sanitários que afetam diretamente a saúde das comunidades indígenas. A padronização dos insumos e a regularidade no abastecimento permitirão maior controle e segurança no manejo dos resíduos, promovendo um ambiente mais saudável e seguro.

Do ponto de vista do desenvolvimento nacional sustentável, a contratação contribui para a proteção ambiental em território indígena, alinhando-se às diretrizes de sustentabilidade e respeito às especificidades culturais e territoriais dos povos indígenas. A iniciativa também favorece a educação ambiental nas comunidades, estimulando práticas conscientes de descarte e reaproveitamento, com potencial de gerar impactos positivos a longo prazo.

A eficácia da contratação está relacionada à capacidade de atender de forma contínua e eficiente às demandas dos programas de GRS e GRSS, garantindo que os insumos estejam disponíveis no tempo e na quantidade adequados. Isso fortalece a atuação das equipes de saúde e assegura a execução das atividades com qualidade e segurança.

A eficiência será potencializada pelo aproveitamento da logística já estabelecida no distrito, bem como pela utilização da equipe técnica local, que possui conhecimento sobre o território e as necessidades específicas das comunidades atendidas. Isso reduz a dependência de agentes externos e aumenta a autonomia operacional do DSEI.

Com a referida aquisição se pretende realizar o gerenciamento e manejo adequados de resíduos sólidos produzidos nos estabelecimentos de saúde indígena, visando à proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente.

13. Providências a serem Adotadas

Por se tratar de Ata de Registro de Preço, não será necessária emissão da Declaração de Dotação Orçamentária anterior a celebração do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Na execução dos serviços, quando couber, a empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade estabelecidas nos incisos seguintes do art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, DE 19 de janeiro de 2010:

1. Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
2. Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
3. Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
4. Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
5. Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
6. Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN /MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
7. Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e 8. Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GILBERTO DAVID COGO

Equipe de Planejamento

CELIO DA SILVA DUARTE

Equipe de Planejamento

WILLIAN JANSER DE OLIVEIRA

equipe de planejamento